



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2019

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2019

1. ABERTURA

Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e cinquenta minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Gabinete da Presidente

1. Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Ano de 2019 (Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro)
2. Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais - Ano de 2020 (Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro)

B. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

- 1.1. Serviço Local da Segurança Social – Cedência temporária de instalações – Ratificação de despacho
- 1.2. PerArte – Encontro de Artistas e Artesãos – Ratificação de despacho
- 1.3. CERCICAPER – Torneio de Natação Adaptada da Cercicaper - Pedido de cedência de transporte e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.4. Fábrica da Igreja de Castanheira de Pera - Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora do Bom Sucesso, São Nicolau e Mártir São Sebastião – Pedido de emissão de licença especial de ruído, de licença de recinto improvisado e de isenção do pagamento das respetivas taxas
- 1.5. Município de Cascais – “XIV Rally de Portugal Histórico 2019” – Pedido de parecer
- 1.6. Rancho Folclórico União Recreativa Sapateirense - Festival de Folclore – Pedidos diversos

2. Secção Financeira

- 2.1. Balancete
- 2.2. Pagamentos
- 2.3. Alteração ao Orçamento de 2019



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2019

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2019

- 2.4. Mecanismo de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes afetadas pelos incêndios de junho de 2017 - Minuta do contrato de empréstimo e documentos anexos
 - 2.5. Relatório do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo sobre a situação económico-financeira do Município respeitante ao 1.º semestre de 2019
 3. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo
 - 3.1. Pedido de confirmação do estado de conservação de imóvel
 4. Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais
 - 4.1. Passadiços das Quelhas – Adjudicação e minuta de contrato
 - 4.2. Passadiços das Quelhas - Fiscalização e coordenação da segurança em obra
 - 4.3. Empreitada de “Regeneração de Edifícios e construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta)/Incêndios 2017” – Abertura de procedimento
 5. Setor de Ambiente
 - 5.1. Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios do Concelho de Castanheira de Pera 2020-2029
- IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

Tomando a palavra, a Sra. Presidente, no seguimento do pedido por si formulado na reunião anterior no sentido do adiamento da votação da ata n.º 10/2019, de 30 de maio, esclareceu que teve oportunidade de a rever, tendo notado que a mesma continha alguns lapsos, nomeadamente um parágrafo repetido.

Prosseguindo, referiu que só conseguiu fazer a leitura da mencionada ata muito tardiamente e, assim, não foi possível o envio atempado da mesma já corrigida, manifestando, mais uma vez, o seu pedido de desculpas pelo atraso nas atas, comprometendo-se que seriam envidados todos os esforços no sentido da situação ser regularizada o mais breve possível.

Seguidamente, usou da palavra o Sr. Vereador António Antunes para solicitar que houvesse cuidado na publicação das atas no site do Município, para que as mesmas se fizessem acompanhar dos devidos anexos.

Nesta senda, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes alertou para a importância de as atas se encontrarem “*fechadas*” até à realização da Assembleia, sob pena de alguns assuntos não poderem ser considerados.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por tecer algumas considerações sobre a inauguração do Laboratório “LabRios+ Castanheira de Pera”, agradecendo, desde logo, aos Srs. Vereadores do PS por terem tido o cuidado de a informar que não poderiam comparecer ao evento.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2019

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2019

Prosseguindo, informou que serão encetados todos os esforços para que sejam apresentadas duas candidaturas, uma delas ao Fundo Ambiental, que prevê a possibilidade de, entre outras coisas, realizar a norte do concelho, limpezas semelhantes às efetuadas nas áreas ardidas, ou seja, o intuito é que as limpezas dos cursos de água tenham início nos locais onde terminaram as limpezas das áreas ardidas e sejam estendidas até ao Coentral, incluindo a Ribeira das Quelhas e a Ribeira do Cavalete, sendo que, primeiramente, terá de ser elaborado um estudo da área que carece de intervenção.

Continuando, informou que foi publicitado um Aviso referente a candidatura na área da proteção contra riscos de incêndio, contendo várias alíneas onde se prevê, nomeadamente a aquisição de equipamento. A título de exemplo, referiu que uma das alíneas é dirigida aos Centros Municipais de Proteção Civil, enquanto as outras terão de ser realizadas através da CIM. Nesta senda, e considerando que se trata de uma candidatura intermunicipal, será transmitida, na próxima reunião daquela entidade, as carências sentidas neste município, por forma a beneficiar da candidatura em causa.

Por fim, partilhou a preocupação do Executivo com a questão dos transportes públicos de passageiros, esclarecendo que no ano de 2005 foi celebrado o Acordo do Pinhal Interior, por sua vez retificado em 2007, que previa o pagamento de uma compensação por via da manutenção do transporte público regular de passageiros à Transdev, incluindo a realização dos transportes escolares.

Aditou que em 2009 foi publicada uma alteração legislativa, tendo previsto um período de 10 anos para que os municípios se adaptassem, o que, na maior parte das situações, não ocorreu. Com aquela alteração legislativa e a reestruturação a nível das entidades supervisoras deste serviço, atribuiu-se competência de supervisão do serviço público à AMT – Autoridade para a Mobilidade e Transportes. Para além disto, foi incumbida de emitir uma pronúncia no caso dos transportes públicos de passageiros, para a qual aquela entidade exige a comprovação e a fundamentação do valor a ser pago à empresa contratada, por forma a demonstrar que aquele valor é o justo, isto é, que não há uma sobrecompensação.

Ainda a propósito deste assunto, a Sra. Presidente lembrou que, no passado, foi tomada decisão no sentido de delegar na CIMRL as competências do Município como autoridade de transportes, encontrando-se esta entidade a proceder à elaboração de um estudo económico-financeiro da viabilidade da contratação de uma empresa que forneça estes serviços a nível regional, de modo a lançar um procedimento para o efeito, carecendo, no entanto, de ulterior deliberação por parte dos órgãos municipais, para a delegação de competências não transferidas naquela primeira decisão.

Por forma a solucionar e garantir o transporte nos termos em que foi feito até agora, a Sra. Presidente informou que foi realizado um ajuste direto com a Transdev, que deverá vigorar até dia 3 de dezembro.

Após aquela data, não será permitido manter o serviço público de transportes nos moldes em que se encontra, pelo que se até lá a CIMRL não conseguir terminar o processo de contratação, é exigida uma outra solução,



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2019

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2019

encontrando-se, no entanto, a desenvolver-se todos os esforços para que se regularize a situação em análise.

Concluiu dizendo sobre este assunto, que a intenção do Executivo não passa pela desistência do serviço de transporte público de passageiros, muito pelo contrário, desde logo por considerar que o mesmo se assume como fundamental e indispensável neste território.

Seguidamente usou da palavra o Sr. Vereador António Antunes começando por falar sobre a plantação efetuada no S. João da Mata no âmbito do projeto da Fundação Benfica, dando nota que tirou fotografias ao local – que não teve tempo de as imprimir mas que as enviaria mais tarde para anexar à presente ata – por forma a mostrar que algumas das espécies plantadas estão a ser prejudicadas face ao crescimento de eucaliptal naquela zona. Manifestou, assim, a sua preocupação relativamente à salvaguarda das espécies plantadas, acrescentando que, algumas estão vivas, mas que outras já tinham morrido. Neste cenário pede especial atenção no momento em que seja efetuado o corte do referido eucaliptal para não serem causados mais danos naquelas espécies. Por fim, salientou que deixa este alerta na mesma senda do que ele e o Sr. Vereador Gonçalo Lopes haviam feito aquando da realização da plantação em causa.

Prosseguindo, referiu que alguns acessos existentes nas estradas regionais do Espinhal e do Carregal Cimeiro, aquando da pavimentação das mesmas, não teriam sido executados ou foram mesmo cortados, informando que as pessoas se têm queixado sobre a situação, apelando para que a mesma fosse regularizada com brevidade.

Ainda no uso da palavra, pediu que fosse intervencionado o esgoto a jusante da praia fluvial da Gestosa Fundeira, uma vez que no final do dia os habitantes se confrontam com um cheiro desagradável dali advindo. Ainda sobre o local em causa, solicitou que fosse melhorado o acesso à praia, propondo uma substituição do pavimento da rampa ali existente.

Ainda na senda das acessibilidades, o Sr. Vereador António Antunes relembrou a necessidade de criação de um acesso pedonal na ponte dos Esconhais, como forma de garantir a segurança dos peões que nela transitam.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes relembrou que existe documentação que, embora já tenha sido solicitada, ainda não foi remetida aos Vereadores do PS, sob pena de ficarem castrados na análise e contributo que pretendem dar.

Seguidamente, manifestou a sua opinião relativamente ao reforço de sombras na Praia das Rocas, afirmando que, embora congratule a tentativa de solucionar a escassez de sombras, denotou que aquela solução veio descaracterizar e contrastar com o espaço em si, seja pela densidade de chapéus naquela área, seja pela própria estrutura.

Salientou que não teve oportunidade de se deslocar lá, nem de ter acesso ao projeto, pelo que lhe cumpre avaliar o resultado final, que lhe parece não conceder muito conforto e mobilidade aos utilizadores daquele espaço.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2019

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2019

Prosseguindo, referiu que do ponto de vista dos Vereadores do PS, a melhoria passaria pela requalificação do espaço a jusante da ribeira, eventualmente no *"talude do lado de lá"* que, com todas as folhosas lá existentes poderia ser um espaço natural de sombras, sem artificializar e descaracterizar o empreendimento na sua totalidade acrescentando que a montante também poderia ser feito uma solução mais aprofundada que complementasse a oferta existente naquele espaço.

Em suma, evidenciou que os trabalhos de requalificação da praia e das infraestruturas existentes devem continuar, devendo o critério de intervenção ser, em sua opinião, o da harmonia daquele empreendimento.

Seguidamente, apresentou um pedido de desculpas em seu nome e em nome do Sr. Vereador António Antunes por não terem comparecido à inauguração do "LabRios", revelando que imperativos profissionais não permitiram que pudessem estar presentes. A propósito, acrescentou que este tipo de intervenções se assume de enorme relevância e que poderia ser replicado em outras zonas do curso de água, uma vez que a ribeira revela uma enorme riqueza inerente.

Manifestou, ainda, a disponibilidade dos Vereadores do PS para participarem no levantamento e na construção das soluções para que se façam iniciativas semelhantes em outras zonas da ribeira, deixando o alerta para que haja cuidado na manutenção e limpeza daquele espaço.

Mais acrescentou, que se revela essencial a própria manutenção do espaço circundante, pelo que já teve oportunidade de transmitir à Sra. Presidente que seria fundamental que os proprietários dos terrenos naquele espaço realizassem as devidas limpezas ou que, pelo menos, permitissem que a Câmara as realizasse, desde logo para salvaguardar a integridade e a beleza do próprio local.

Retomando, a Sra. Presidente agradeceu os contributos prestados, tendo passado aos esclarecimentos necessários relativamente às questões colocadas pelos Srs. Vereadores do PS.

Assim, quanto ao tema abordado pelo Sr. Vereador António Antunes sobre a plantação efetuada no S. João da Mata a propósito da qual iria enviar fotografias para mostrar o estado atual da mesma, a Sra. Presidente referiu que, por si, não era necessário uma vez que vai lá regularmente e tem conhecimento da evolução do seu estado. Recordou que, na altura da discussão sobre o modo como foi efetuada a plantação, informou que o processo tinha sido acompanhado por vários técnicos credenciados e que não tinha competência para avaliar esses trabalhos expressando que ficava o alerta do Sr. Vereador António Antunes.

Em seguida, questionou o Sr. Vereador Nuno Tomás se teria algo a acrescentar sobre deste assunto ou sobre a questão da pavimentação das estradas do Espinhal e do Carregal Cimeiro.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Nuno Tomás deu conta relativamente à pavimentação do Espinhal e do Carregal Cimeiro que efetivamente alguns acessos às estradas florestais terão de ser repostos e que tal será efetivado a breve trecho.

De novo no uso da palavra, a Sra. Presidente referiu que tomou nota das questões sobre a praia fluvial da Gestosa e que iria alocar meios para que a



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2019

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2019

situação fosse resolvida, bem como aferir a possibilidade de substituição do pavimento de acesso à mesma.

Prosseguindo, esclareceu que a questão das acessibilidades já estaria a ser estudada, não só no que concerne à ponte dos Esconhais, mas também em outras situações, dentro e fora da vila, de modo a permitir circulação cada vez mais segura dos peões.

Relativamente à chamada de atenção feita pelo Sr. Vereador Gonçalo Lopes, clarificou que já está em curso um levantamento da documentação em falta, com base nas atas, para que a questão possa ser solucionada rapidamente.

Seguidamente, referiu que o adensamento de chapéus existente na plataforma da Praia das Rocas não corresponde ao número efetivo de espreguiçadeiras colocadas no local, afirmando que a solução efetivada cumpre o objetivo de estabilizar a sombra naquela zona.

Complementou, dizendo que se encontram naquela plataforma 48 chapéus/espreguiçadeiras, ressaltando que aquela solução irá ser alvo de reformulações, a efetivar até ao final desta época ou antes de se iniciar a próxima.

Realçou que a demora na concretização da plataforma se deveu a constrangimentos de várias ordens, designadamente greve dos transportes e atraso na remessa de materiais, tendo ressaltado que a demora na sua construção nunca se justificou por atraso no licenciamento, pois, a deliberação em causa foi submetida a reunião de câmara há imenso tempo.

Ainda sobre este assunto, referiu que tinha a garantia de que a questão da mobilidade dos utilizadores dentro da plataforma foi tida em conta aquando da sua projeção e construção, pelo que não lhe parecia que tal estivesse em causa.

Nesta senda, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes usou da palavra para questionar acerca do gradeamento da plataforma, e se seriam colocadas outras plataformas naqueles moldes, tendo a Sra. Presidente esclarecido que essa é uma daquelas reformulações já previstas, acrescentando que a possibilidade de colocação de outras plataformas existe, todavia neste momento prevê-se que se mantenha somente aquela.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes solicitou que fosse concedido aos Vereadores do PS o acesso ao projeto/ layout da referida plataforma, para que fiquem conhecedores daquilo que ainda será reformulado.

Sobre esta matéria, interveio também o Sr. Vereador António Antunes declarando que o que o choca naquele empreendimento é a descontinuidade e a densidade criada, ressaltando, no entanto, que os Vereadores do PS percebem que aquela foi uma solução criada para minimizar a falta de sombras e garantir a existência das mesmas ainda durante esta época balnear.

Retomando a palavra, e na senda do que foi referido acerca do “LabRios” pelos Srs. Vereadores do PS, a Sra. Presidente acrescentou que está prevista uma requalificação e manutenção do espaço, que pode ser concretizada com um encargo financeiro reduzido.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2019

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2019

Aditou que na segunda fase das medidas do Fundo Ambiental se prevê uma candidatura que permita a reflorestação daquela zona, localizada no lado esquerdo da ponte dos Moredos, designada de “O Bosque”.

Para além disto, referiu que tinha havido lugar à limpeza de um terreno propriedade do Município, no qual será constituído um parque de merendas para que as pessoas possam desfrutar daquele espaço.

A este propósito o Sr. Vereador António Antunes manifestou a sua opinião no sentido de que aquele espaço se encontra excecional, desde logo por reunir uma série de ecossistemas, tendo posteriormente revelado a sua preocupação relativamente às estruturas de apoio e acessos que, no período de cheias, poderão vir a ser comprometidas e terão de ser repostas novamente.

Relativamente a esta questão, a Sra. Presidente explicou que o exposto consubstancia a aplicação de técnicas de engenharia natural, isto é, que foram construídas estruturas com o objetivo de desaparecerem com o decorrer do tempo, e não de garantir a sua permanência, estando em causa valores de sustentabilidade inerentes àquela tipologia de engenharia.

Concluiu, referindo que uma das suas preocupações é o melhoramento do acesso àquele local, através da requalificação da ponte, para que o espaço em causa possa ser utilizado o mais possível, nomeadamente pelo Clube do Ambiente do Agrupamento de Escolas para a realização de trabalhos e estudos, acrescentando ainda que está a ser estudada a possibilidade da construção de uma outra ponte que ligue uma margem à outra a jusante daquele local.

Para terminar pediu a palavra, o Sr. Vereador António Antunes para clarificar relativamente à questão da plantação no S. João da Mata que os Vereadores do PS também conhecem a situação e vão ao local com regularidade no sentido de acompanhar a evolução do projeto lá implantado. Esclareceu que o seu objetivo ao querer deixar as fotografias é de que se perceba o estado do desenvolvimento dos eucaliptos e a dificuldade que haverá na preservação das espécies plantadas quando for efetivado o corte daqueles. Esta é uma questão que, do seu ponto de vista, merece uma enorme preocupação.

Ainda antes de terminar este período, a Sra. Presidente deu conta que foi identificada uma infestação de pulgas no Coentral e que o Município tomou medidas imediatamente, tendo havido lugar duas intervenções no foco em questão. Para além disto, a pessoa que tinha animais no local onde se pensa ser o foco, já foi abordada, pelo que já estão a ser tomadas as medidas necessárias à resolução da questão. Acrescentou que houve lugar à realização de um procedimento, considerando a urgência da questão, para a contratação de uma empresa responsável por este tipo de infestações, que ocorreu naquele próprio dia em que houve a sinalização.

Não se registando mais intervenções a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2019

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2019

ORDEM DO DIA

3. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – ANO DE 2019 (DECRETO-LEI Nº 23/2019, DE 30 DE JANEIRO)

Considerando:

- Que, nos termos do disposto na Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos é concretizada através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa;
- Que, em 30 de janeiro de 2019, foi publicado o Decreto-Lei n.º 23/2019, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da saúde;
- Que, tal como consta da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a transferência das novas competências para as autarquias locais tem caráter universal e é efetuada em 2019, admitindo-se, no entanto, a sua concretização gradual até 1 de janeiro de 2021;
- Que os municípios que não pretendam exercer a respetiva competência, no ano de 2019 e, caso mantenham o mesmo entendimento, no ano de 2020, comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos;
- Que no que respeita ao Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, e no que ao ano de 2019 concerne, a referida deliberação da assembleia municipal terá que ser comunicada à DGAL no prazo de 60 dias corridos após a publicação do despacho referido no número 3 do artigo 25.º deste diploma setorial;
- Que a publicação do mencionado despacho (Despacho n.º 6541-B/2019) ocorreu em 19/07/2019 no Diário da República 2.ª série, pelo que a comunicação à DGAL terá de ser efetuada até 17 de setembro de 2019;
- As deliberações tomadas em reuniões ordinárias deste órgão realizadas a 24/01/2019, 21/02/2019, 30/05/2019 e 28/06/2019, relativas à transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais que se encontravam plasmadas nos diplomas setoriais então apreciados;
- Que o Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, também transfere competências para as entidades intermunicipais estipulando que o exercício das mesmas por estas entidades depende de prévio acordo dos municípios que as integram;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal delibere submeter a seguinte proposta à aprovação da Assembleia Municipal:



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2019

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2019

1. Não aceitar a transferência de competências decorrentes do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, por considerar que, à semelhança do já invocado nas deliberações camarárias de 24/01/2019, 21/02/2019, 30/05/2019 e 28/06/2019 e da Assembleia Municipal de 30/01/2019, 28/02/2019 e 28/06/2019, o Município não se encontra convenientemente preparado para o efeito, nomeadamente, devido à escassez de recursos técnicos, financeiros e humanos de que padece, facto que tem causado grandes e graves constrangimentos no desenvolvimento regular da atividade municipal, a qual, sem adicional cautela e ponderação, designadamente, no todo organizacional, poderia sofrer uma sobrecarga desmesurada com potenciais efeitos negativos na satisfação do interesse público que lhe está subjacente.
2. Acrescem aos argumentos referidos no ponto anterior os que constam da pronúncia sobre o ofício 264/2018 da Secretaria de Estado das Autarquias Locais, datado de 08/02/2019, efetuada por Despacho proferido pela Senhora Presidente da Câmara em 20/03/2019 e ratificado pelo Executivo Municipal em reunião ordinária de 29/03/2019, cujos fundamentos, na parte aplicável, em nada foram abalados pela resposta remetida pela Direção Geral das Autarquias Locais através de e-mail de 29/03/2019, mantendo-se, assim, aquela nos seus precisos termos.
3. Não se opor à transferência das competências tocantes à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria no âmbito do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, caso seja essa a vontade daquela entidade.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

4. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – ANO DE 2020 (DECRETO-LEI Nº 23/2019, DE 30 DE JANEIRO)

Considerando as deliberações tomadas pela Câmara Municipal em 24/01/2019, 21/02/2019, 30/05/2019 e 28/06/2019 e pela Assembleia Municipal em 30/01/2019, 28/02/2019 e 28/06/2019, todas concernentes à não aceitação da transferência de competências para os órgãos municipais decorrentes dos Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27/11; Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27/11; Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28/11; Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11; Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11; Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29/11; Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29/11; Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29/11; Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29/11; Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30/01; Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01; Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01; do Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04, e do Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28/05;

Considerando a deliberação tomada pela Câmara Municipal em 30/08/2019 relativamente à transferência de competências para os órgãos municipais, para o ano 2019, decorrentes do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01, e que ora foi proposta para decisão da Assembleia Municipal;

Considerando que se mantêm todos os fundamentos ínsitos nas supramencionadas deliberações, que aqui se dão por reproduzidas para todos os efeitos legais;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2019

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2019

Propõe-se que, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal delibere submeter a seguinte proposta à aprovação da Assembleia Municipal:

- Manter, para o ano de 2020, nos termos e com os fundamentos das deliberações atrás referidas, a não aceitação da transferência de competências para os órgãos municipais decorrentes do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

5. SERVIÇO LOCAL DA SEGURANÇA SOCIAL – CEDÊNCIA TEMPORÁRIA DE INSTALAÇÕES – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente despacho proferido pela Senhora Presidente da Câmara Municipal em 20/08/2019, determinando, nomeadamente, que o Município ceda ao Instituto da Segurança Social, I.P., a título gratuito, um espaço na fração de sua propriedade no edifício sito na Rua Silva Bernardes, em Castanheira de Pera, desde a mesma data até ao término das intervenções que aquela entidade pretende levar a efeito nas suas instalações locais, para aí continuar a desenvolver a sua atividade; bem como a autorização para ocupação do espaço público necessário à realização das referidas intervenções.

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho supramencionado.

DISCUSSÃO:

Solicitou a palavra o Sr. Vereador António Antunes por forma a deixar o apontamento de que aquele acesso ao parque de estacionamento existente na lateral do edifício onde funciona a Segurança Social deveria ser interditado.

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes ressaltando que o contexto poderá não ser o mais adequado, mas a questão que pretende discutir é merecedora da atenção do executivo, e prende-se com o Programa Aproximar, iniciativa que iria contribuir decisivamente para o aumento da qualidade da oferta dos serviços públicos, através da criação de um Espaço de Cidadão, tal como está a ser implementado em Figueiró dos Vinhos.

Nesta senda, esclareceu a Dra. Fernanda Carvalho que há alguns anos atrás havia sido outorgado um Memorando que previa a possibilidade de criação de dois espaços daquela natureza (uma Loja do Cidadão e um Espaço do Cidadão) a instalar, respetivamente, na Repartição das Finanças e nos CTT, sem encargos para o Município, uma vez que cabiam à Administração Central, já que, nomeadamente no que respeita ao edifício do serviço de finanças, este é propriedade do Estado. Contudo, até à data, nada foi feito.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2019

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2019

Seguidamente o Sr. Vereador Gonçalo Lopes afirmou que esta medida era recente, tendo a Dra. Fernanda Carvalho complementado que a outorga do referido Memorando terá ocorrido, salvo erro, em 2014 ou 2015.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes reafirmou que o mínimo a ser feito era, na posse do Memorando, suscitar a questão junto da Administração Central.

Tomando a palavra, a Sra. Presidente manifestou a preocupação de a criação daquele espaço possa conduzir à redução de postos de trabalho ou ao encerramento de algumas valências, ao que o Sr. Vereador Gonçalo Lopes contrapôs afirmando que, no seu entender, se verificaria o contrário, até porque esta solução surgiu na altura em que se equacionava o encerramento dos CTT.

Complementando, tomou a palavra o Sr. Vereador António Antunes para dizer que esta solução passa pela transferência dos serviços já existentes para um Balcão Único, com a manutenção da oferta de serviços já existente.

Não se registando outras intervenções, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

6. PERARTE – ENCONTRO DE ARTISTAS E ARTESÃOS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente despacho proferido pela Senhora Presidente da Câmara Municipal em 09/08/2019, determinando, nomeadamente, que o Município passe a ser a entidade promotora da realização do evento anual PerArte - Encontro de Artistas e Artesãos, nos moldes em que vem sendo efetuado.

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho supramencionado.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

7. CERCICAPER – TORNEIO DE NATAÇÃO ADAPTADA DA CERCICAPER – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS

Presente pedido formulado pela CERCICAPER – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera para cedência de transporte, com destino à piscina municipal de Figueiró dos Vinhos, no dia 11 de setembro de 2019, a fim de participar no Torneio de Natação Adaptada da CERCICAPER, promovido pelo Centro de Atividades Ocupacionais, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando o elevado préstimo que esta instituição tem no âmbito das respostas sociais do Município, de que resulta inegável benefício para a população local, bem como para a população de vários concelhos limítrofes, uma vez que a ação desta entidade se estende para além das fronteiras concelhias;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2019

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2019

Considerando o espírito de colaboração que deve presidir às relações institucionais e que tem sido fomentado por ambas as partes, com manifestos benefícios para o bem-comum;

Considerando a manifesta relevância sociocultural da atividade em apreço, nomeadamente, para os utentes da CERCICAPER;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido formulado, incluindo a isenção do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

8. FÁBRICA DA IGREJA DE CASTANHEIRA DE PERA – COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DA NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO, SÃO NICOLAU E MÁRTIR SÃO SEBASTIÃO – PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO, DE LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPETIVAS TAXAS

Presentes requerimentos da Fábrica da Igreja de Castanheira de Pera - Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora do Bom Sucesso, São Nicolau e Mártir São Sebastião, a solicitar o seguinte:

- Concessão de licença para a instalação e funcionamento de recinto improvisado, nos termos do Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos e ao abrigo do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, na sua última redação, para a realização dos festejos em Honra da Nossa Senhora do Bom Sucesso, São Nicolau e Mártir São Sebastião, a levar a cabo em Troviscal – recinto da capela, nos dias 6, 7 e 8 de setembro de 2019;
- Concessão de licença especial de ruído, nos termos do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, para a realização dos referidos festejos, no horário compreendido entre as 22h.00 e as 04h.00;
- Isenção do pagamento das taxas devidas pelas licenças supramencionadas;
- Cedência de duas barracas.

Considerando o caráter tradicional e temporário do evento, bem como o facto de funcionar como elemento dinamizador e de divulgação do Concelho;

Considerando que o processo se encontra devidamente instruído e que não existem impedimentos que obstem à sua apreciação;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a emissão das licenças requeridas, nos termos solicitados, isentando a requerente do pagamento das respetivas taxas, bem como autorizar a cedência das barracas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

9. MUNICÍPIO DE CASCAIS – “XIV RALLY DE PORTUGAL HISTÓRICO 2019” – PEDIDO DE PARECER



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2019

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2019

Presente ofício do Câmara Municipal de Cascais a solicitar a emissão de parecer, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 3.º do Decreto Regulamentar n.º

2-A/2005, de 24 de março, relativamente à prova “XIV Rally de Portugal Histórico 2019”, a realizar de 8 a 12 de outubro p.f..

Considerando que não se verificam impedimentos que obstem à apreciação do pedido, propõe-se que a Câmara Municipal delibere emitir parecer favorável à passagem no concelho da referida prova, conforme regulamento anexo ao pedido, sem prejuízo do cumprimento das condicionantes previstas no art.º 10.º do supracitado diploma legal.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

10. RANCHO FOLCLÓRICO UNIÃO RECREATIVA SAPATEIRENSE – FESTIVAL DE FOLCLORE – PEDIDOS DIVERSOS

Presente ofício do Rancho Folclórico União Recreativa Sapateirense, representado por Miguel Ângelo Carvalho Almeida, a solicitar o seguinte:

- Emissão de licença para a instalação de recinto improvisado, nos termos do Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos e ao abrigo do n.º 1 do art.º 15.º, do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, para a realização do XVII Festival de Folclore, no recinto de festas da Nossa Senhora da Guia, no dia 28 de setembro de 2019;
- Isenção do pagamento da taxa devida pela licença supramencionada;
- Apoio logístico para transporte e montagem/desmontagem de um estrado de madeira;
- Oferta de lembranças com o intuito de presentear os ranchos que irão participar no referido festival de folclore.

Considerando o caráter tradicional e temporário do evento, bem como o facto de funcionar como elemento dinamizador e de divulgação do Concelho;

Considerando que o processo se encontra devidamente instruído e que não existem impedimentos que obstem à sua apreciação;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a emissão da licença requerida, isentando a requerente do pagamento da respetiva taxa, bem como atender aos demais pedidos formulados, mediante os recursos existente e disponíveis no Município.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

11. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 28 de agosto de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.421.265,00 € (dois milhões quatrocentos e vinte e um mil duzentos e sessenta e cinco euros), sendo as operações orçamentais no valor de 2.359.088,67 € € (dois milhões trezentos e cinquenta e nove mil e oitenta e oito euros e sessenta e sete centimos) e as operações não orçamentais no valor de 62.176,33 € (sessenta e seis mil cento e setenta e seis euros e trinta e três centimos). Os movimentos de



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2019

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2019

tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.431.408,30 € (dois milhões quatrocentos e trinta e um mil quatrocentos e oito euros e trinta cêntimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta cêntimos) em documentos.

Tomado conhecimento.

12. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 08/08/2019 e 26/08/2019, registados sob os números 1147 a 1250, no valor total de 345.026,37 € (trezentos e quarenta e cinco mil e vinte seis euros e trinta e sete cêntimos), respeitantes a despesas orçamentais.

Tomado conhecimento.

13. ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2019

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 17.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 20.000,00 € (vinte mil euros), por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

14. MECANISMO DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES NÃO PERMANENTES AFETADAS PELOS INCÊNDIOS DE JUNHO DE 2017 – MINUTA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO E DOCUMENTOS ANEXOS

Presente minuta de Contrato de Empréstimo e respetivos documentos anexos no âmbito do apoio à reconstrução de habitações não permanentes afetadas pelo incêndio de junho de 2017, em que são outorgantes o Fundo de Apoio Municipal e este Município, no montante de 162.352,16 €, pelo prazo de 20 anos, a contar da data do primeiro desembolso, e com um período de carência de 2 anos.

Considerando que o contrato em causa foi elaborado ao abrigo da Portaria n.º 173-A/2018, de 15 de junho, alterada pela Portaria n.º 243/2018, de 3 de setembro, em articulação com as Leis do Orçamento de Estado para 2018 e 2019, tendo por objeto a definição dos termos e condições de concessão ao Município do aludido empréstimo;

Considerando que o valor em causa tem por finalidade apoiar as pessoas singulares cujas casas destinadas a habitação não permanente situadas na área do concelho de Castanheira de Pera tenham sido danificadas ou destruídas pelos incêndios ocorridos em junho de 2017, nos termos e condições previstos no Regulamento Municipal do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitações Não Permanentes Afetadas pelo Incêndio de junho de 2017, cujas candidaturas hajam obtido aprovação pelos órgãos competentes;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar os documentos em causa, dando poderes à Senhora Presidente para outorga dos mesmos, bem como a sua submissão à aprovação da Assembleia Municipal.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2019

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2019

DISCUSSÃO:

Interveio o Sr. Vereador António Antunes questionando se o fundo municipal tem neste momento o referido montante disponível caso se optasse por não fazer o empréstimo se poderia ser essa a solução.

Em resposta, a Sra. Presidente assumiu que, caso fosse viável, essa poderia, eventualmente, ser uma solução, no entanto também consubstancia uma opção a amortização dos empréstimos que se encontram em curso, em vez da utilização daquele fundo que foi disponibilizado para este efeito.

Volvendo, o Sr. Vereador António Antunes referiu que a sua questão tem a ver com o valor dos juros que, a seu ver, ainda são significativos, tendo a Sra. Presidente alegado que aquela é a projeção elaborada para 20 anos e que podem ocorrer alterações, nomeadamente, a ocorrência de processos que não sejam executados.

O Sr. Vereador António Antunes questionou quais eram os empréstimos em que se ponderaram efetuar amortizações tendo a Sra. Presidente informado que ainda não lhe conseguia responder, que estava a ser analisado inclusivamente como forma de libertar capital.

Intervindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que seria uma forma de diminuir o serviço da dívida, que já tinham falado sobre essa questão há algum tempo atrás tendo a Sra. Presidente reiterado que essa sempre foi uma ideia e uma possibilidade que tínhamos.

Replicando, o Sr. Vereador António Antunes referiu que nesta fase já deveria haver uma opção mais concreta.

Nesta senda, a Sra. Presidente referiu que ainda não há uma opção mais concreta e que isso não constituía penalização para o Município enquanto as taxas de juros se mantiverem baixas.

Contrapondo, o Sr. Vereador António Antunes referiu que, pese embora as taxas de juros estejam baixas, penalização existe sempre nem que seja pelos custos da própria contratação do empréstimo.

A Sra. Presidente acrescentado que nessa questão está perfeitamente de acordo tendo o Sr. Vereador António Antunes concluído que iria aguardar para ver o desenrolar da situação.

Não se registando outras intervenções, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS, que formularam uma declaração de voto, nos seguintes termos: “Os Vereadores do Partido Socialista se abstêm sobre este ponto da ordem de



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2019

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2019

trabalhos, naturalmente, na sequência de toda a discussão que precede à análise e a votação desta minuta de contrato e, portanto, por razões óbvias, já explanadas que não consideram necessário repetir, mantêm a coerência”.

15. RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS/ AUDITOR EXTERNO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO MUNICÍPIO RESPEITANTE AO 1.º SEMESTRE DE 2019

Presente relatório sobre a situação económica e financeira do Município referente ao 1.º semestre de 2019, elaborado e enviado pelo Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O referido relatório, cuja cópia se anexa à presente informação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante, submete-se, pois, à apreciação do Órgão Executivo, nos termos do estipulado no referido preceito legal, sendo posteriormente remetido à Assembleia Municipal.

Tomado conhecimento.

16. PEDIDO DE CONFIRMAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEL

Presente o requerimento n.º 3070/2019, de 29 de julho de 2019, apresentado por Marcolino Jesus Carvalho, solicitando a emissão de certidão a atestar que o prédio/edificação, com o artigo matricial n.º 1898, sito no Rapos, União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, não possui condições de habitabilidade, bem como de funcionamento para o uso a que se encontra afeto - comércio.

Presente o Auto de Vistoria n.º 4/SPOPU/2019, datado de 27 de agosto 2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

Propõe-se que, com base nos fundamentos constantes do aludido auto de vistoria, a Câmara Municipal delibere confirmar que o prédio/edificação com o artigo matricial n.º 1898 não reúne condições de habitabilidade nem condições para ser utilizado como comércio, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

17. PASSADIÇOS DAS QUELHAS – ADJUDICAÇÃO E MINUTA DO CONTRATO

Atendendo ao estipulado no n.º 3 do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 18/2018, de 29 de janeiro, na sua atual redação (Código dos Contratos Públicos) apresenta-se à Câmara Municipal o relatório final e demais documentos que compõem o processo de concurso referente à empreitada “Passadiços das Quelhas”.

Propõe-se que, com base no aludido relatório, a Câmara Municipal delibere aprovar a adjudicação da empreitada à firma TOSCCA, Equipamentos em Madeira, Lda., pelo valor de 281.022,52 € (duzentos e oitenta e um mil, vinte e dois euros e cinquenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Propõe-se ainda, de modo a dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos, que a Câmara Municipal delibere aprovar a



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2019

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2019

minuta do contrato a celebrar com o adjudicatário, nos precisos termos da cópia que se anexa, dando-se aqui por reproduzida para todos os efeitos legais.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

18. PASSADIÇOS DAS QUELHAS – FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DA SEGURANÇA EM OBRA

Propõe-se que, no âmbito da empreitada “Passadiços das Quelhas” e de modo a dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 344.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), a Câmara Municipal delibere designar Ana Paulo David Antunes Lourenço, técnica superior do mapa de pessoal do Município, como diretora de fiscalização;

Propõe-se ainda, em conformidade com o disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, que a Câmara Municipal delibere designar como coordenadora da segurança em obra Marlene Colaço Fernandes, em representação da empresa Louzavalia – Segurança e Higiene no Trabalho, Lda.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador João Graça pediu escusa por ser cônjuge do membro ora designado para a fiscalização da empreitada, o que foi aceite, por unanimidade, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

19. EMPREITADA DE “REGENERAÇÃO DE EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÕES MUNICIPAIS, EDIFICAÇÕES MUNICIPAIS (PAVILHÃO DA RETORTA)/ INCÊNDIOS 2017” – ABERTURA DE PROCEDIMENTO

Presente o Despacho n.º 35/SPOPU/2019 proferido pela Presidente da Câmara Municipal, em 27 de agosto de 2019, determinando a abertura do procedimento de ajuste direto referente à empreitada “Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão da Retorta) /Incêndio 2017”.

Propõe-se que, considerados os pressupostos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal delibere ratificar o mencionado despacho, cuja cópia se anexa à presente deliberação e aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante.

DISCUSSÃO:

Tomando a palavra, o Sr. Vereador António Antunes alertou que não foi enviado o despacho em questão, pelo que se encontram a ler pela primeira vez o documento em causa, afirmando que, em sua opinião, existe uma incoerência quanto à posição deste executivo no que concerne aos ajustes diretos, pois, desde o início do mandato este tipo de procedimento era da vossa parte alvo de crítica.

Intervindo, a Sra. Presidente clarificou que essa sempre foi a sua opinião e que a opção do ajuste direto nesta empreitada só se justifica “no limiar dos limiares” uma vez que, neste caso concreto, houve concurso público mas ficou



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2019

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2019

deserto, questionando os Senhores Vereadores do PS qual era o problema neste procedimento.

Em resposta, o Sr. Vereador António Antunes referiu que o problema é que a Sra. Presidente ao fazer o convite responde que esta era a única empresa que estava disponível.

A este propósito a Sra. Presidente respondeu que efetivamente esta era a única que estava disponível.

Na sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se o convite foi efetuado com o valor base do concurso anterior, tendo a Sra. Presidente esclarecido que sim, que são os mesmos valores e pressupostos, e que serem os mesmos pressupostos e o concurso público ter ficado deserto é que permitiu que se tivesse efetuado este procedimento desta forma.

Retomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou “*onde é que esta empresa andou quando foi o concurso público?*” tendo de imediato a Sra. Presidente respondido que, obviamente, não lhe competia responder àquela questão.

Não se registando outras intervenções, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com os votos contra dos Srs. Vereadores do PS, que formularam uma declaração de voto, nos seguintes termos:

“Os Vereadores do Partido Socialista votam contra a deliberação em causa por entenderem que a forma escolhida por este Executivo para avançar com este procedimento é lesiva dos interesses do Município, e não se reveem na forma como este processo foi conduzido”.

20. PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DO CONCELHO DE CASTANHEIRA DE PERA 2020-2029

Presente Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Castanheira de Pera 2020-2029 (PMDFCI 2020-2029), que foi objeto do parecer prévio favorável da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, em reunião ocorrida a 22/07/2019, bem como do parecer vinculativo positivo emitido pelo ICNF, I.P., em 19/08/2019.

Considerando que os PMDFCI incluem no seu circuito decisório uma fase de consulta pública das componentes não reservadas;

Considerando que a fase de consulta pública se desenrola por um prazo não inferior a 15 dias e é promovida pela entidade responsável pela elaboração do PMDFCI, que estabelece os meios e as formas de participação;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar o PMDFCI 2020-2029 e, nos termos do disposto nos números 5, 6 e 7 do artigo 4.º do Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios em anexo ao Despacho n.º 443-A/2018, publicado em 9 de janeiro, na redação que lhe foi dada pelo Despacho



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2019

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2019

n.º 1222-B/2018, publicado em 2 de fevereiro, submeter as suas componentes não reservadas a consulta pública, pelo período de 15 dias úteis, a contar da respetiva publicação no Diário da República, 2.ª série.

Mais se propõe, que os interessados possam consultar o aludido PMDFCI 2020-2029 (componentes não reservadas) no Edifício dos Paços do Concelho - Gabinete Técnico Florestal, sito na Praça Visconde de Castanheira de Pera, 3280-017 Castanheira de Pera, todos os dias úteis, durante o horário normal de expediente, bem como na página eletrónica do Município, em www.cm-castanheiradepera.pt, e sobre ele formular, por escrito, as observações tidas por convenientes, que deverão ser dirigidas à Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera e entregues diretamente ou enviadas por correio para o Município de Castanheira de Pera, para a morada atrás indicada, ou ainda através do seguinte endereço de correio eletrónico: camara@cm-castanheiradepera.pt
DISCUSSÃO:

Solicitou a palavra o Sr. Vereador António Antunes por forma a colocar algumas questões relativas ao conteúdo do plano apresentado, designadamente no Caderno I, nas páginas 47 e 48, no quadro 17 – “Equipamentos Florestais de recreio do concelho de Castanheira de Pera”. Assim, começou por questionar por que razão não se incluía naquele quadro as unidades de turismo do Camelo e do Poço Corga.

Prosseguindo, expressou opinião no sentido de que a par daquele quadro, deveriam ter sido criados mais dois quadros destinados à identificação das áreas industriais e das praias fluviais.

Continuando, apontou que em ambos os Cadernos não existe referência ao programa Aldeias Seguras que, para além disto, não existe nenhum organigrama quer qualitativo quer quantitativo que identifique os órgãos responsáveis pelo acompanhamento e monitorização das metas estabelecidas para o tempo de execução deste plano. Assim, deixou o seu voto de esperança no cumprimento das referidas metas que, em sua opinião, se assim ocorrer, contribuirão para a redução da área ardida, apesar de considerar algumas delas bastante audazes.

Seguidamente, questionou se as faixas de gestão de combustível elaboradas nos anos de 2018 e 2019 entravam para aquela contabilização, transmitindo que esperava que em 2020 sejam efetivadas a 100%.

Prosseguindo, acrescentou que em relação às áreas de gestão de combustíveis já realizadas, umas já necessitavam de algumas intervenções e que outras, foram alvo de intervenções q.b., tendo posteriormente mencionado que restava responder à questão daquelas que teriam sido realizadas pelo ICNF, na zona do Bolo e “*para cima*”, a qual ainda aguardavam resposta daquela entidade.

Em resposta, a Sra. Presidente clarificou que as faixas de gestão de combustível realizadas no ano de 2018 contavam assim como aquelas que ainda serão feitas no presente ano. Para além disto, o plano foi elaborado com base nas diretrizes constantes no Guia de acompanhamento, que não considera imperativo a indicação dessas entidades, nem as edificações dispersas.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 16/2019

Reunião Ordinária de 30 de agosto de 2019

Por fim, o Sr. Vereador António Antunes referiu que na parte onde consta o equipamento de recreio, caça e pesca deveria haver uma anotação da existência de uma Associação de Pesca ao longo da ribeira.

Em sede de resposta, a Sra. Presidente referiu que aquela Associação não se encontra no ativo, estando os seus órgãos desatualizados. No entanto, a possibilidade de inclusão não está vedada, podendo ser alvo de retificação assim que o solicitem.

Não se registando outras intervenções, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS, que formularam uma declaração de voto, nos seguintes termos:

Os Srs. Vereadores do Partido Socialista abstêm-se neste ponto da ordem de trabalhos, na exata medida em que consideram que este documento enferma algumas omissões que, do seu ponto de vista, faria sentido colocar, e que não há uma objetiva delegação de competências que lhes permita aferir quem vai monitorizar a execução destes parâmetros e destes objetivos que nele vêm plasmados.

21. ENCERRAMENTO

Não se registando a presença de público e não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião pelas dezasseis horas e cinquenta minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____